MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65
NIRE 31.300.026.485

MENSAGEM DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Notas	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	309.392	353.464	298.938	321.628
Contas a receber de clientes	8	454.129	548.504	409.512	392.243
Estoques	9	814.463	736.639	622.538	546.795
Dividendos		-	-	11.468	39.702
Tributos sobre o lucro a recuperar	10	36.261	76.811	31.562	28.568
Outros tributos a recuperar	10	172.391	109.176	36.720	45.714
Outros ativos		15.917	42.943	7.190	24.226
		1.802.553	1.867.537	1.417.928	1.398.876
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros tributos a recuperar	10	93.811	104.378	41.875	45.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	88.539	28.717	65.155	1.253
Depósitos judiciais	17	21.601	23.528	18.049	20.019
Créditos com partes relacionadas	24.2	116.338	84.168	116.338	84.168
Investimentos	12	-	-	821.043	786.703
Imobilizado	13	1.854.274	1.879.325	671.683	845.448
Intangível	15	1.062.897	1.072.782	1.061.270	1.070.297
		3.237.460	3.192.898	2.795.413	2.853.386
Total do ativo		5.040.013	5.060.435	4.213.341	4.252.262

	Notas	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	738.464	553.865	643.709	441.871
Mútuos com partes relacionadas	24.2	1.838	48.078	1.058	28.337
Passivo de arrendamento	14	20.195	22.343	12.942	9.691
Salários, provisões e contribuições sociais		102.828	107.908	87.516	91.982
Outros tributos a recolher		36.104	35.559	30.763	30.219
Provisão para contrato oneroso	23	4.526	12.775	92	2.861
Instrumentos financeiros derivativos	6.1	4.531	1.424	-	-
Outros passivos		21.856	18.875	17.724	14.163
		930.342	800.827	793.804	619.124
Não circulante					
Mútuos com partes relacionadas	24.3	1.495.210	1.477.893	876.027	945.350
Passivo de arrendamento	14	35.527	43.538	34.369	38.394
Provisão para demandas judiciais	17	53.807	60.151	45.324	55.016
Provisão para restauração de áreas exploradas	13	39.852	47.406	7.855	5.928
Obrigações pós-emprego	18	74.321	139.256	74.321	139.256
Provisão para contrato oneroso	23	24.174	39.230	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.1	5.139	2.940	-	-
		1.728.030	1.810.414	1.037.896	1.183.944
Patrimônio líquido	19				
Capital social		1.295.288	1.295.288	1.295.288	1.295.288
Reservas de capital		107.544	107.544	107.544	107.544
Reservas de lucros		808.154	913.319	808.154	913.319
Outros resultados abrangentes		170.655	133.043	170.655	133.043
		2.381.641	2.449.194	2.381.641	2.449.194
Total do passivo e patrimônio líquido		5.040.013	5.060.435	4.213.341	4.252.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Notas	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Receita de contratos com clientes	20	2.661.180	2.579.480	2.346.748	2.218.393
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(1.971.109)	(2.041.567)	(1.869.893)	(1.967.488)
Lucro bruto		690.071	537.913	476.855	250.905
Despesas operacionais					
Vendas	21	(61.660)	(100.477)	(61.613)	(67.019)
Gerais e administrativas	21	(203.413)	(214.386)	(193.035)	(200.640)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	53.357	201.605
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(203.893)	(40.212)	(203.146)	(39.399)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		221.105	182.838	72.418	145.452
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras		70.596	139.482	35.990	86.878
Despesas financeiras		(466.902)	(170.035)	(298.657)	(123.211)
		(396.306)	(30.553)	(262.667)	(36.333)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(175.201)	152.285	(190.249)	109.119
Imposto de renda e contribuição social	11	70.036	(50.093)	85.084	(6.927)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(105.165)	102.192	(105.165)	102.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Notas	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(105.165)	102.192	(105.165)	102.192
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	18	62.296	(13.440)	62.296	(13.440)
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	11	(21.182)	4.570	(21.182)	4.570
Participação no resultado abrangente de controladas		(3.502)	(2.880)	(3.502)	(2.880)
Variação cambial de controladas localizadas no exterior		-	202	-	202
		37.612	(11.548)	37.612	(11.548)
Total do resultado abrangente		(67.553)	90.644	(67.553)	90.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(105.165)	102.192	(105.165)	102.192
Ajustes				
Variações monetárias/cambiais líquidas	(261.688)	(90.271)	(387.578)	(48.228)
Encargos de juros (Nota 24.3)	113.764	120.281	72.134	76.132
Depreciação e exaustão (Nota 13)	145.071	135.879	75.892	63.574
Amortização do intangível (Nota 15)	12.024	11.675	10.404	10.040
(Constituição) de reserva para reparação ambiental (Nota 13)	13.925	(21.367)	-	(816)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	-	-	(53.357)	(201.605)
Perdas com *impairment* (Nota 13)	179.734	4.435	179.264	4.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59.822)	4.146	(63.902)	(1.294)
Provisão para estoques obsoletos (Nota 9)	(15.567)	2.047	(15.504)	1.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(2.889)	(754)	(2.889)	(1.043)
Provisão para contingências (Nota 17)	(6.344)	16.258	(9.692)	16.690
Reversão para contrato oneroso e ajuste a valor presente	4.671	2.861	-	-
Provisão para contrato oneroso	(27.976)	(6.527)	(2.769)	-
Outros	30.059	12.187	39.539	50.054
	19.797	293.042	(263.623)	72.084
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	105.091	33.744	(6.587)	8.129
Estoques	(62.257)	264.782	(60.239)	266.920
Impostos a recuperar	28.421	103.302	9.623	90.329
Outros ativos	28.953	(17.603)	26.555	(13.739)
	100.208	384.225	(30.648)	351.639
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	184.599	(69.402)	201.838	(16.745)
Tributos a recolher	545	8.111	544	8.017
Salários, provisões e contribuições sociais	(5.080)	20.701	(4.466)	17.054
Outros passivos	(66.807)	(3.686)	(62.148)	357
	113.257	(44.276)	135.768	8.683
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40.519)	(40.519)	-	-
Pagamentos de juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 24.3)	(160.648)	(95.060)	(103.551)	(58.644)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.095	497.412	(262.054)	373.762
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de propriedade para investimento (Nota 6.1)	-	662	-	-
Baixas de imobilizado (Nota 13)	8.582	28.026	4.908	27.192
Baixas de intangível (Nota 15)	-	3.771	-	3.724
Adições de imobilizado (Nota 13)	(322.261)	(286.760)	(86.299)	(71.630)
Adições de intangível (Nota 15)	(2.140)	(4.030)	(1.377)	(3.537)
Recebimento de dividendos	-	-	39.702	39.128
Reversão dividendos do exercício anterior	-	-	-	(69.754)
Outros	-	-	-	(87)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(315.819)	(258.331)	(43.066)	(74.964)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de mútuos com partes relacionadas (Nota 24.3)	239.652	(132.320)	282.430	(130.589)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	239.652	(132.320)	282.430	(130.589)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(44.072)	106.761	(22.690)	168.209
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa	353.464	246.703	321.628	153.419
Saldo final caixa e equivalentes de caixa	309.392	353.464	298.938	321.628
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(44.072)	106.761	(22.690)	168.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital: Opções de ações outorgadas	Reservas de capital: Reserva especial de ágio na incorporação	Reservas de lucros: Para investimentos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para contingências	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.295.288	18.670	88.874	510.449	45.576	185.348	-	144.591	2.288.796
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	102.192	-	102.192
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.110	-	(5.110)	-	-
Reversão dividendos do exercício anterior	-	-	-	69.754	-	-	-	-	69.754
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	97.082	-	-	(97.082)	-	-
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	(13.440)	(13.440)
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	-	4.570	4.570
Variação cambial de investimentos e ágio no exterior	-	-	-	-	-	-	-	202	202
Hegde de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(2.880)	(2.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.295.288	18.670	88.874	677.285	50.686	185.348	-	133.043	2.449.194
Lucro líquido (prejuízo) do exercício							(105.165)	-	(105.165)
Utilização de reserva para absorção de prejuízos	-	-	-	(105.165)	-	-	105.165	-	-
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	62.296	62.296
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(21.182)	(21.182)
Hegde de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(3.502)	(3.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.295.288	18.670	88.874	572.120	50.686	185.348	-	170.655	2.381.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Magnesita Refratários S.A. (a "Companhia"ou "Magnesita Refratários"), controlada indiretamente pela RHI Magnesita N.V., é uma sociedade anônima de capital fechado, juntamente com suas controladas ("Grupo Magnesita" ou "Grupo"), dedica-se, principalmente, à fabricação de refratários, produto essencial nos processos industriais que utilizam temperaturas elevadas. Seus produtos são constituídos, principalmente, à base de magnesita ou dolomita e apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Aproveitando a sinergia com os clientes, a Companhia ainda presta serviços de manutenção e montagem refratária. Além disso, o Grupo atua no segmento de processamento e comercialização de minerais industriais, como magnésia cáustica, sínter de magnesita e sínter de dolomita. Além da planta situada em Contagem/MG, Brasil (sede da Companhia), a Companhia possui controladas diretas e indiretas, *holdings*, plantas para produção, unidades comerciais, de mineração ou não operacionais, cujas informações estão incluídas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 26 de outubro de 2017, o Grupo Magnesita e o Grupo RHI concluíram o acordo para combinar as suas operações e passaram a ser integrantes do mesmo grupo econômico, líder em soluções refratárias. A Dutch Brasil Holding B.V., controlada da RHI Magnesita N.V. ("RHI Magnesita") passou a ser detentora de 100% do capital social da Companhia. Em 23 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o deferimento do cancelamento de registro como emissora de valores mobiliários na categoria A, em vista do cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir dessa data, a Companhia passou a ser uma companhia fechada e as ações de sua emissão deixaram de estar listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - ou em qualquer outro mercado organizado. A emissão dessa demonstração financeira foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de abril de 2025. **(a) Efeitos do conflito Rússia-Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Federação Russa iniciou uma invasão militar à Ucrânia, ainda em curso ao fim do exercício atual. O conflito, com as sanções econômicas ao petróleo russo que o seguiram, resultou em inflação do preço internacional do óleo combustível, com o índice Brent Oil Crude atingindo o pico de USD 133 por barril em março de 2022. Este aumento impactou o custo do produto da Companhia no exercício de 2022 em diante. A Companhia aprovou, em 2022, uma política para operação de derivativos NDF (***Non-deliverable forward)***, com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade do preço do óleo combustível. Os primeiros contratos de derivativo foram firmados no exercício de 2023. **(b) Mudanças climáticas e medidas ESG.** A Companhia coletou 28,3 mil toneladas de resíduos refratários no mercado brasileiro, destinando-os ao processo de reaproveitamento. Essa iniciativa evitou a emissão de 51,9 mil toneladas de CO_2 ao meio ambiente, consolidando o impacto positivo da economia circular na indústria. Com isto, a Companhia atingiu uma taxa de uso de matérias primas circulares de 12,5% em sua produção na América do Sul. em relação ao consumo total de matérias-primas (Recycling Rate). Como parte de seu plano estratégico para a redução de emissões, a Companhia está desenvolvendo um projeto para substituir o consumo de óleo combustível por gás natural na sua atividade de mineração, com previsão de implementação a partir de 2026. Essa transição não apenas reforça o compromisso da Companhia com a sustentabilidade, mas também contribui para a eficiência operacional e a redução de impactos ambientais. A Companhia mantém uma planta dedicada a reciclagem em Minas Gerais, no município de Coronel Fabriciano, na região do Vale do Aço. Os refratários usados são captados por meio de uma parceria colaborativa entre a Companhia e clientes, passam por um complexo e tecnológico processo de tratamento, como limpeza, segregação, estabilização e britagem, para o posterior uso em linhas sustentáveis. A Companhia possui um time dedicado à produção de minerais circulares de alta qualidade que serão utilizados na produção de refratários. Em 2024, a Companhia também reconheceu 13 dos seus stakeholders industriais por meio do "Programa Reconhecimento Sustentável", que reforça a parceria com as principais empresas fornecedoras de resíduos para reciclagem. Iniciado em 2023, o programa entrega prêmios e certificados de reciclagem, promovendo a cooperação entre indústrias para alcançar metas ambientais. Globalmente, a Companhia segue o plano para atingir 15% até 2025. **(c) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Políticas contábeis de transações consideradas não relevantes não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo RHI Magnesita N.V. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: (a) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 - • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A alteração não teve impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade ondições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A alteração não teve impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** As mudanças nas IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. • **IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras**: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. c) A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **Alterações aos IFRS 7 e 9 – Instrumentos Financeiros**: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: Em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. • **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as alterações e não haverá impactos. • **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** Em setembro de 2024, o IASB emitiu alterações com o objetivo de definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, bem como as divulgações a serem fornecidas. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as alterações e não haverá impactos.

3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido sobre a investida. Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos relacionados (incluindo o ágio), passivos, participações não controladoras e outros componentes do patrimônio líquido, enquanto qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo. Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas são coincidentes com o da Companhia e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nas empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Controlada	Atividades principais	País de constituição	Participação 2024	Participação 2023
Magnesita Mineração S.A.	Empresa operacional (mineração)	Brasil	100%	100%
RHI Brasil Ltda.	Empresa operacional (serviços refratários)	Brasil	100%	100%

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e as informações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Conversão em moeda estrangeira: 3.2.1 Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos nas demonstrações de resultado, como resultado financeiro. A variação cambial dos investimentos em controladas no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", e somente é registrada no resultado do exercício na proporção de eventual venda ou baixa por perda ou perecimento. Todos os investimentos em Companhias no exterior foram encerrados durante o exercício de 2023. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

e investimentos de curto prazo com resgate em até 90 (noventa) dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo. **3.4 Ativos financeiros: 3.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócios do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. • Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados nas demonstrações de resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **3.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **3.4.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou • *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). **(a) Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionados com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas). Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, o Grupo geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, o Grupo pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue. Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas). Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. ***(b) Inefetividade do hedge:*** A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de *hedges* de compras em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações de *hedge* quando os termos essenciais do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de *hedge*, o Grupo utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a efetividade. Nos *hedges* de compras em moeda estrangeira, a inefetividade pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo. **3.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4.6 *Impairment* de ativos financeiros:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pela IFRS 9/ CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.5 Passivos financeiros: 3.5.1 Reconhecimento e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.5.2 Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação contratual for revogada, cancelada ou expirar. São modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. **3.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As provisões de estoques para baixa rotatividade e estoques obsoletos são constituídas de acordo com as políticas do Grupo. **3.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.8 Investimentos: 3.8.1 Investimentos em empresas controladas:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados na controladora pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional. **3.9 Imobilizado:** O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição ou construção, deduzida a depreciação e, quando aplicável, reduzido ao seu valor recuperável (*impairment*), se aplicável. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica do componente, enquanto o componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A exaustão das jazidas é calculada de acordo com o volume de minério extraído (ou seja, unidades de produção). A vida útil e o valor residual dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados prospectivamente, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. **3.10 Ativo intangível: (a) *Ágio:*** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são segregadas por segmento operacional. **(b) *Softwares:*** Licenças adquiridas de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os programas e prepará-los para uso. Os custos com *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na Nota 15. **3.11 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A unidade geradora de caixa à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) tiver sido alocado deve ser testada sempre que verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de que a unidade possa estar desvalorizada, comparando-se seu valor contábil, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), com o valor recuperável da unidade. O teste anual de redução ao valor recuperável foi realizado na data-base 31 de julho de 2024, atualizado para 31 de dezembro de 2024, para todas as unidades geradoras de caixa à qual tenha ocorrido alocação de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme descrito na nota 15.1. **3.12 Provisão para obrigações com reparação ambiental e desativação de ativos:** O Grupo reconhece provisão para custos de desativação de ativos e reparação ambiental decorrentes das atividades minerárias, com base no valor presente dos custos esperados para reparação e desativação de ativos e áreas referentes às atividades minerárias utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido nas demonstrações do resultado como custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. **3.13 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **3.15 Provisões para demandas judiciais e ativos contingentes:** O Grupo constitui provisões para demandas nas esferas jurídica e administrativa relacionadas a processos trabalhistas, previdenciários, fiscais e civis são reconhecidas quando conclui que tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido um trânsito em julgado favorável, caracterizando o ganho como virtualmente certo. As contingências ativas e passivas relevantes estão divulgadas na Nota 17. **3.16 Benefícios a empregados: 3.16.1 Plano de suplementação de aposentadoria:** O Grupo participa de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm planos de pensão e outros benefícios pós-emprego aos funcionários. O passivo dos planos de pensão de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. Esse passivo é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. Com relação aos planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos com pessoal. Os critérios de reconhecimento e mensuração, bem como as premissas atuariais, estão apresentados na Nota 18. **3.17 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3.17.1 Vendas de produtos:** A receita pela venda de produtos é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o comprador. O Grupo adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **3.17.2 Vendas de serviços:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **3.17.3 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.18 Arrendamentos:** O Grupo aluga diversos armazéns, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros:** Anualmente, o Grupo testa seus ativos não financeiros, como imobilizado, ativo intangível, e ágio para verificação de eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil mencionada na Nota 3.11. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas significativas. **(b) Impostos sobre o lucro corrente e diferido:** O Grupo está sujeito ao tributo sobre o lucro em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos e os impostos indiretos a recuperar em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, bem como as projeções de vendas, de acordo com estudos de viabilidade técnica. **(c) Recuperabilidade dos saldos de tributos:** O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos e os impostos indiretos a recuperar em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, bem como as projeções de vendas, de acordo com estudos de viabilidade técnica. **(d) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual das obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido dos planos de pensão, está a taxa de desconto. O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18. **(e) Provisão para contingências;** Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação das chances de perda inclui a análise das evidências disponíveis e o parecer dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo. **(f) Provisão para recuperação ambiental:** O Grupo efetua e contabiliza anualmente uma reavaliação do cálculo para provisão de recuperação ambiental, o qual é feito com a ajuda da área de mineração do Grupo. O cálculo considera as minas em atividade, as informações de cava até a data-base das demonstrações financeiras. Cada mina e as premissas históricas para mensuração da despesa com recuperação. A despesa correspondente a cada mina é descontada a valor presente de acordo com sua vida útil. Para o exercício de 2024, a taxa de desconto aplicada foi de 11,19% (10,6% em 2023).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. Seu programa de gestão de risco global busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo e manter a liquidez desejada. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **Política de gestão de riscos financeiros:** O Grupo não tem a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos do Grupo proporcionam o acompanhamento, de forma consolidada, dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros e preços de produtos. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições ao risco de crédito de clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas do Grupo está subordinada às normas de crédito estabelecidas pela Administração e procura minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é atingido por meio de uma análise criteriosa da classificação de crédito dos clientes, que leva em consideração a capacidade de pagamento de cada cliente, índice de endividamento e balanço patrimonial, e também por meio da diversificação das contas a receber (pulverização do risco). No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a política é trabalhar com instituições de primeira linha. Considerando o montante total investido, nenhuma instituição financeira detém, isoladamente, mais de 30% do total das aplicações financeiras de curto prazo e demais investimentos. **(b) Risco de liquidez:** A política de gestão de ativos e passivos financeiros do Grupo envolve uma análise criteriosa das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e classificação de risco das suas contrapartes, visando auxiliar o Grupo a manter a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e pulverizar o risco de liquidez. A tesouraria monitora diariamente as previsões contidas no fluxo de caixa direto do Grupo para assegurar a existência de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, de investimentos e o devido cumprimento de pagamento das obrigações. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com rendimento de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez para proporcionar margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(c) Riscos de mercado: (i) Risco cambial -** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior estão apresentado abaixo em milhares de reais.

				Em R$ mil
			2024 – Consolidado	
	USD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	412	-	5.488
Contas a receber, de clientes	267.291	35.747	-	303.038
Crédito com partes relacionadas	116.338	-	-	116.338
Fornecedores	(132.435)	(5.805)	(87)	(138.327)
Mútuos com partes relacionadas	(1.174.897)	(322.151)	-	(1.497.048)
Exposição líquida	(918.627)	(291.797)	(87)	(1.210.511)

				Em R$ mil
			2023 – Consolidado	
	USD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	11.836	11.169	-	23.005
Contas a receber de clientes	405.116	22.672	-	427.788
Crédito com partes relacionadas	84.168	-	-	84.168
Fornecedores	(84.479)	(10.700)	(12)	(95.191)
Mútuos com partes relacionadas	(1.525.971)	-	-	(1.525.971)
Exposição líquida	(1.109.330)	23.141	(12)	(1.086.201)

				Em R$ mil
			2024 – Controladora	
	USD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	5.000	84	-	5.084
Contas a receber de clientes	205.235	283	-	205.518
Crédito com partes relacionadas	116.338	-	-	116.338
Fornecedores	(131.559)	(5.163)	(87)	(136.809)
Mútuos com partes relacionadas	(554.934)	(322.151)	-	(877.085)
Exposição líquida	(359.920)	(326.947)	(87)	(686.954)

				Em R$ mil
			2023 – Controladora	
	USD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	3.656	150	-	3.806
Contas a receber de clientes	240.091	185	-	240.276
Crédito com partes relacionadas	84.168	-	-	84.168
Fornecedores	(80.545)	(10.186)	(12)	(90.743)
Mútuos com partes relacionadas	(973.687)	-	-	(973.687)
Exposição líquida	(726.317)	(9.851)	(12)	(736.180)

Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política financeira do Grupo destaca que as operações de derivativos, quando existente, têm como objetivo reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local. Durante 2024 e 2023, os empréstimos do Grupo a taxas variáveis eram mantidos em reais, euro e em dólar. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos e títulos de dívida de longo prazo reconhecidos no passivo circulante e não circulante estão demonstradas abaixo:

				Consolidado
Ativo	2024	%	2023	%
Créditos com partes relacionadas				
SOFR	116.338	100%	84.168	100%
Total	116.338	100%	84.168	100%

				Consolidado
Passivo	2024	%	2023	%
Empréstimos e financiamentos e mútuos com partes relacionadas				
EURIBOR	322.151	22%	276.476	28%
SOFR	1.174.897	78%	1.249.495	72%
Total	1.497.048	100%	1.525.971	100%

				Controladora
Ativo	2024	%	2023	%
Créditos com partes relacionadas				
SOFR	116.338	100%	84.168	100%
Total	116.338	100%	84.168	100%

				Controladora
Passivo	2024	%	2023	%
Empréstimos e financiamentos e mútuos com partes relacionadas				
EURIBOR	322.151	37%	276.476	28%
SOFR	554.934	63%	697.211	72%
Total	877.085	100%	973.687	100%

5.2 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida de longo prazo, líquido do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

Os índices de dívida sobre patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Total mútuos com partes relacionadas	1.497.048	1.525.971	877.085	973.687
Menos: caixa, equivalentes de caixa	(309.392)	(353.464)	(298.938)	(321.628)
Total da dívida líquida	1.187.656	1.172.507	578.147	652.059
Total do patrimônio líquido	2.381.641	2.449.194	2.381.641	2.449.194
Total do capital	3.569.297	3.621.701	2.959.788	3.101.253
Índice de alavancagem financeira	33%	32%	20%	21%

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativos ao custo amortizado				
Caixas e equivalentes de caixa				
- Caixa e bancos	15.705	38.505	6.775	6.692
- CDB e operações de renda fixa	293.687	314.959	292.163	314.936
Contas a receber de clientes	454.129	548.504	409.512	392.243
Créditos com partes relacionadas	116.338	84.168	116.338	84.168
Outros ativos	15.917	42.943	7.190	24.226
Depósitos judiciais	21.601	23.528	18.049	20.019
Total do ativo	917.377	1.052.607	850.027	842.284
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores	738.464	553.865	643.709	441.871
Empréstimos e mútuos com partes relacionadas	1.497.048	1.525.971	877.085	973.687
Passivos de arrendamento	55.722	65.881	47.311	48.085
Outros passivos	21.856	18.875	17.724	14.163
Total do passivo	2.313.090	2.164.592	1.585.829	1.477.806

6.1 Valor justo: O Grupo mensura propriedade para investimentos, ao valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas para as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos que são mensurados pelo valor justo ou divulgadas nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da seguinte hierarquia de justo valor: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.• Nível 2 – informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 – informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). O Comitê de Avaliação do Grupo determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo. As lideranças da equipe interna de fusões e aquisições e do departamento de administração de risco fazem parte do Comitê de Avaliação, além dos diretores financeiros. Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de títulos e valores mobiliários e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, empréstimos bancários e outras dívidas financeiras é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontados utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas e prazos remanescentes semelhantes. A partir do ano de 2023, a Companhia possui operações de derivativos atreladas ao Índice Brent, com objetivo de reduzir a volatidade de sua exposição ao óleo combustível, commodity cujo preço apresenta alta correlação ao Índice Brent. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos resultantes de instrumentos financeiros derivativos da Companhia mensurados ao valor justo:

	Consolidado	
	2024	2023
Passivos financeiros a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos circulante	(4.531)	(1.424)
Instrumentos financeiros derivativos não circulante circulante	(5.139)	(2.940)
Total líquido instrumentos financeiros derivativos	(9.670)	(4.364)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos em reais	10.217	15.500	1.691	2.886
Caixa e bancos em outras moedas	5.488	23.005	5.084	3.806
Aplicações financeiras	293.687	314.959	292.163	314.936
Total	309.392	353.464	298.938	321.628

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. A Companhia possui aplicações no montante de R$ 309.392 (R$ 314.959 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado e R$ 292.163 (R$ 314.936 em 31 de dezembro de 2023) na controladora com taxa de rendimento atreladas ao CDI, variando entre 85% e 92% deste índice (85% e 95% em 2023).

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Clientes terceiros em reais	185.890	149.276	172.741	138.898
Clientes terceiros em outras moedas	36.557	33.029	36.257	32.743
Contas a receber de partes relacionadas em reais	35	-	65.641	41.217
Contas a receber de partes relacionadas em outras moedas	266.481	394.759	169.261	207.533
Provisão para perdas (“impairment”)	(42.407)	(31.691)	(41.961)	(31.279)
Duplicatas a receber, líquidas	446.556	545.373	401.939	389.112
Medições a faturar	7.573	3.131	7.573	3.131
Total	454.129	548.504	409.512	392.243

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo. A análise das duplicatas a receber está apresentada abaixo:

						Consolidado
						Vencidos
	A vencer	< 30	31 - 60	61 - 90	> 91 dias	Total
2024						
Terceiros	203.080	2.491	293	76	24.080	230.020
Partes relacionadas	47.489	94.200	28.478	37.331	59.018	266.516
	250.569	96.691	28.771	37.407	83.098	496.536
2023						
Terceiros	156.364	7.754	63	276	20.979	185.436
Partes relacionadas	146.714	37.019	45.807	35.184	130.035	394.759
	303.078	44.773	45.870	35.460	151.014	580.195

						Controladora
						Vencidos
	A vencer	< 30	31 - 60	61 - 90	> 91 dias	Total
2024						
Terceiros	190.285	2.375	142	51	23.718	216.571
Partes relacionadas	128.319	43.525	9.227	9.900	43.931	234.902
	318.604	45.900	9.369	9.951	67.649	451.473
2023						
Terceiros	146.541	7.011	63	263	20.894	174.772
Partes relacionadas	50.254	29.444	35.018	39.449	94.585	248.750
	196.795	36.455	35.081	39.712	115.479	423.522

As alterações registradas na conta provisão para perdas foram as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2023	(32.515)	(32.389)
Provisão	(4.945)	(4.639)
Reversão	5.699	5.682
Variação cambial	70	67
Em 31 de dezembro de 2023	(31.691)	(31.279)
Provisão	(2.889)	(2.889)
Variação cambial	(7.827)	(7.793)
Em 31 de dezembro de 2024	(42.407)	(41.961)

9 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	306.157	240.175	279.842	223.308
Produtos em elaboração	225.310	257.210	109.683	124.359
Matérias-primas	215.182	193.786	206.267	185.073
Almoxarifado (material de reposição e outros)	87.379	80.600	41.688	44.501
Provisão para perdas	(19.565)	(35.132)	(14.942)	(30.446)
Total	814.463	736.639	622.538	546.795

As alterações registradas na conta provisão para perdas foram as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(33.085)	(28.493)
Adições	(2.047)	(1.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(35.132)	(30.446)
Adições	15.567	15.504
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(19.565)	(14.942)

10 Tributos sobre o lucro e outros tributos a recuperar

	Consolidado			Controladora	
	2024		2023		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
ICMS a recuperar	2.067	23.123	8.271	26.897	
IPI a recuperar	7.400	-	8.499	-	
PIS e COFINS a recuperar	27.053	-	28.744	-	
Outros impostos a recuperar	200	18.752	200	18.601	
Total outros tributos a recuperar	36.720	41.875	45.714	45.498	
IRPJ a recuperar	26.359	-	23.484	-	
CSLL a recuperar	5.203	-	5.084	-	
Total tributos sobre o lucro a recuperar	31.562	-	28.568	-	
Total	68.282	41.875	74.282	45.498	

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Ativo fiscal diferido: O ativo fiscal diferido, demonstrado por natureza, consiste:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo fiscal diferido sobre adições temporárias				
Provisão para demandas judiciais	18.199	22.385	15.445	20.721
Obrigações pós-emprego	25.269	47.347	25.269	47.347
Provisão para gratificações	8.238	12.122	7.368	12.172
Provisão para perdas com recebíveis	14.323	10.686	14.267	10.635
Provisão para contrato oneroso	9.727	17.682	-	973
Provisão para perdas nos estoques	4.332	11.486	3.884	9.577
Impostos diferidos sobre variação cambial	22.194	-	22.194	-
Impairment	63.009	7.578	63.009	7.578
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.484	-	-
Outros	14.158	-	3.288	-
Total	179.449	130.770	154.724	109.003
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	270.035	267.205	270.035	267.205
Total do ativo fiscal diferido	449.484	397.975	424.759	376.208

A realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social está condicionada a eventos futuros que tornarão as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, bem como à geração de lucros tributáveis futuros. Consequentemente, a estimativa da realização do ativo fiscal não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo. O lucro tributável considera diversas variáveis, tais como: incentivos fiscais, diferenças temporárias e permanentes e, dessa forma, não tem correlação direta com o lucro líquido do Grupo. As projeções, combinadas com o histórico de suas operações, indicam que a Companhia e suas controladas auferirão lucros tributáveis futuros em montantes suficientes para absorverem referidos créditos tributários. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais poderão diferir das estimativas adotadas. A Administração estima que a realização do ativo fiscal diferido se dará conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora
1 ano	117.127	109.771
2 anos	19.568	16.806
3 anos	24.205	23.086
4 anos	24.806	23.687
A partir de 5 anos	263.778	251.409
Saldo em 31 de dezembro de 2024	449.484	424.759

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é gerado principalmente em decorrência da amortização dos ágios fundamentados na rentabilidade futura (“*goodwill*”) decorrentes de aquisições de controladas. A amortização fiscal dos ágios encerrou em 2018. O passivo fiscal diferido pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Impostos diferidos sobre amortização fiscal de ágio	356.833	356.833	356.833	356.833
Outros	4.112	12.425	2.771	18.122
Total	360.945	369.258	359.604	374.955

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(175.201)	152.285	(190.249)	109.119
Alíquota nominal - %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Despesa à alíquota nominal	59.568	(51.777)	64.685	(37.100)
Imposto de renda e contribuição social sobre				
Equivalência patrimonial	-	-	18.141	67.720
Benefício fiscal SUDENE (i)	11.098	37.950	-	-
Benefício fiscal PAT	366	1.945	-	560
Preços de Transferência	-	(28.947)	-	(28.947)
Outras despesas de imposto de renda e contribuição social, líquidas	(996)	(9.264)	2.258	(9.160)
Imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	70.036	(50.093)	85.084	(6.927)
Corrente	(9.165)	(39.893)	-	(3.651)
Diferido	79.201	(10.200)	85.084	(3.276)
Total IRPJ e CSLL	70.036	(50.093)	85.084	(6.927)
Taxa efetiva - %	40%	33%	45%	6%

(i) A controlada Magnesita Mineração S.A. obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 147/2014, que concedeu o benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, pelo prazo de fruição de 10 anos, com vigência do ano calendário de 2014 até 2023. Após este período, foi renovado através do Laudo Constitutivo nº 123/2024, que concedeu o benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, pelo prazo de fruição de 10 anos, com vigência do ano calendário de 2024 até 2033. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas incentivada. A redução do imposto de renda, decorrente desse benefício, é contabilizada em conta contábil específica e é utilizada como redução da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício. Vale lembrar que ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

(c) Reconciliação do ativo e passivo fiscal diferidos, líquidos:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo fiscal diferido	449.484	397.975	424.759	376.208
Passivo fiscal diferido	(360.945)	(369.258)	(359.604)	(374.955)
Ativo (passivo) fiscal diferido	88.539	28.717	65.155	1.253

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos, líquidos

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2023 – Ativo (passivo)	32.863	(41)
Receita de imposto reconhecida no resultado	(10.200)	(3.276)
Imposto reconhecido no patrimônio líquido	6.054	4.570
Em 31 de dezembro de 2023 – Ativo	28.717	1.253
Despesa de impostos reconhecida no resultado	79.201	85.084
Imposto reconhecido no patrimônio líquido	(19.379)	(21.182)
Em 31 de dezembro de 2024 – Ativo	88.539	65.155

12 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos: Valor contábil – Controladora 2024

	Participação no capital %	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Receita
Magnesita Mineração S.A.						
Capital de R$ 391.421 e 353.777.711 ações	100	1.101.991	60.014	2.111.837	1.006.344	904.371
RHI Brasil S.A.						
Capital de R$ 381.421 e 381.421 quotas	100	(13.133)	(6.657)	29.825	42.958	43.559
Total		1.088.858	53.357			
Lucros não realizados em venda de ativos (*)		(267.815)	-			
Total em 31 de dezembro de 2024		821.043	53.357			
Total em 31 de dezembro de 2023		786.703	201.605			

(*) Refere-se a lucro não realizado na venda dos ativos para a Magnesita Mineração S.A. celebrado em contrato de Trespasse.

Movimentação das participações societárias

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2022	615.942
Resultado de equivalência patrimonial	201.605
Distribuição de dividendos proposta pela investida Magnesita Mineração S.A.	(39.702)
Variação do saldo de lucros não realizados dos ativos no exercício	11.835
Hedge de fluxo de caixa	(2.880)
Outros	(97)
Em 31 de dezembro de 2023	786.703
Resultado de equivalência patrimonial	53.357
Distribuição de dividendos proposta pela investida Magnesita Mineração S.A.	(11.468)
Variação do saldo de lucros não realizados dos ativos no exercício	(4.047)
Hedge de fluxo de caixa	(3.502)
Em 31 de dezembro de 2024	821.043

13 Imobilizado

	Consolidado						
	2024			2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média ponderada anual de depreciação %
Terrenos	145.237	-	145.237	149.007	-	149.007	N/A
Jazidas	47.413	(37.880)	9.533	60.180	(39.540)	20.640	Conforme volume
Edifícios e benfeitorias	497.801	(147.711)	350.090	482.572	(132.768)	349.804	4
Máquinas, instalações e equipamentos	1.737.593	(687.880)	1.049.713	1.278.639	(827.604)	451.035	7
Equipamentos de transporte	1.653	(904)	749	1.891	(1.575)	316	6
Móveis, utensílios e outros	8.712	(5.005)	3.707	14.623	(10.457)	4.166	9
Construções em andamento	407.091	-	407.091	848.008	-	848.008	N/A
Impairment do imobilizado	(181.454)	-	(181.454)	(26.786)	-	(26.786)	N/A
Ativo de direito de uso	228.613	(176.195)	52.418	209.311	(146.785)	62.526	Conforme contratos
Reserva para reparação ambiental	22.458	(5.268)	17.190	34.994	(14.385)	20.609	N/A
Total	2.915.117	(1.060.843)	1.854.274	3.052.439	(1.173.114)	1.879.325	

(i) Jazidas depreciadas conforme volume. (ii) Taxas de depreciação utilizadas para edifícios e benfeitorias de 4%, máquinas instalações e equipamentos, inclusive de informática 7%, equipamentos de transporte 6% e móveis e utensílios e outros 9% ao ano. (iii) A reserva para reparação ambiental é amortizada em função da vida útil das minas.

	Controladora						
	2024			2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média ponderada anual de depreciação %
Terrenos	10.211	-	10.211	11.147	-	11.147	4
Edifícios e benfeitorias	245.809	(78.287)	167.522	231.555	(71.473)	160.082	10
Máquinas, instalações e equipamentos	626.743	(296.510)	330.233	786.415	(477.606)	308.809	20
Equipamentos de transporte	1.018	(302)	716	1.048	(792)	256	10
Móveis, utensílios e outros	6.545	(3.288)	3.257	12.497	(8.822)	3.675	10
Ativo de direito de uso	146.558	(101.642)	44.916	132.049	(85.497)	46.552	Conforme contrato
Construções em andamento	294.431	-	294.431	341.713	-	341.713	N/A
Impairment do imobilizado	(180.984)	-	(180.984)	(26.786)	-	(26.786)	N/A
Reserva para reparação ambiental	1.389	(8)	1.381	-	-	-	N/A
Total	1.151.720	(480.037)	671.683	1.489.638	(644.190)	845.448	

(i) Taxas de depreciação utilizadas para edifícios e benfeitorias de 4%, máquinas instalações e equipamentos, inclusive de informática 10%, equipamentos de transporte 20% e móveis e utensílios e outros 10% ao ano. As alterações registradas nas contas de imobilizado foram as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2023	1.739.538	868.203
Adições	290.392	74.769
Baixas	(28.026)	(27.192)
Depreciação	(135.879)	(63.574)
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	(3.632)	(3.139)
Impairment	(4.435)	(4.435)
Constituição de reserva para reparação ambiental (i)	21.367	816
Em 31 de dezembro de 2023	1.879.325	845.448
Adições	322.960	87.676
Baixas	(8.582)	(4.908)
Depreciação	(145.071)	(75.892)
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	(2.086)	(1.377)
Impairment	(179.734)	(179.264)
Constituição de reserva para reparação ambiental (i)	(12.536)	1.389
Em 31 de dezembro de 2024	1.854.274	671.683

(i) Em contrapartida às reservas para reparação ambiental, a Companhia reconhece a provisão para restauração de áreas exploradas. Em 2024 as provisões realizadas somaram o montante de R$ 13.925 no consolidado (R$ 23.830 em 2023) e R$ 0 para a controladora (816 em 2023). O saldo dessas provisões em 31 de dezembro de 2024 é R$ 39.852 no consolidado (R$ 47.406 em 2023) e R$ 7.855 na controladora (R$ 5.928 em 2023).

14 Arrendamentos

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativos de direito de uso				
Terrenos e edificações	45.615	59.990	40.448	44.017
Equipamentos	6.803	2.536	4.468	2.535
	52.418	62.526	44.916	46.552

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Passivo de arrendamento				
Circulante	20.195	22.343	12.942	9.691
Não circulante	35.527	43.538	34.369	38.394
	55.722	65.881	47.311	48.085

A movimentação dos saldos de ativo e passivo de arrendamentos encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2023	85.694	88.779	59.983	60.789
Adições	9.737	9.737	5.123	5.123
Pagamentos	-	(36.681)	-	(20.511)
Amortização	(32.905)	-	(18.554)	-
Juros sobre arrendamento	-	4.046	-	2.684
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.526	65.881	46.552	48.085
Adições	19.351	19.351	14.509	14.509
Pagamentos	-	(18.331)	-	(18.331)
Amortização	(29.459)	(15.191)	(16.145)	-
Juros sobre arrendamento	-	4.012	-	3.048
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.418	55.722	44.916	47.311

	Consolidado	Controladora
Vencimento das prestações	2024	2024
Menos de 1 ano	20.195	12.942
Entre 1 e 2 anos	14.273	13.115
Mais de 2 anos	21.254	21.254
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.722	47.311

(b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Encargos de amortização dos ativos de direito de uso				
Terrenos e edificações	23.680	28.849	11.520	14.926
Equipamentos	5.779	4.056	4.625	3.628
	29.459	32.905	16.145	18.554

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Encargos financeiros dos passivos contratuais				
Terrenos e edificações	3.305	3.864	2.572	2.508
Equipamentos	707	182	476	176
	4.012	4.046	3.048	2.684

Os arrendamentos isentos à norma que impactaram o resultado somaram R$ 17.800 em 2024 (R$ 15.352 em 2023) na controladora e somaram R$ 36.849 (R$ 30.634 em 2023) no Consolidado.

15. Intangível

	Consolidado						
	2024			2023			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual de amortização %
Softwares e outros	106.275	(87.078)	19.197	104.135	(75.053)	29.082	12 a 20
Ágio (goodwill)	1.316.509	(272.809)	1.043.700	1.316.509	(272.809)	1.043.700	
Total	1.422.784	(359.887)	1.062.897	1.420.644	(347.862)	1.072.782	

	Controladora						
	2024			2023			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual de amortização %
Softwares e outros	97.890	(80.320)	17.570	96.513	(69.916)	26.597	12 a 20
Ágio (goodwill)	1.316.509	(272.809)	1.043.700	1.316.509	(272.809)	1.043.700	
Total	1.414.399	(353.129)	1.061.270	1.413.022	(342.725)	1.070.297	

A alocação do ágio registrado no ativo intangível é como segue:

	Consolidado e Controladora
	UGC Magnesita
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	1.043.700

Movimentação de softwares e outros

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2023	40.498	36.824
Adições	398	398
Baixas	(3.771)	(3.724)
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	3.632	3.139
Amortização	(11.675)	(10.040)
Em 31 de dezembro de 2023	29.082	26.597
Adições	52	-
Transferências líquidas entre imobilizado e intangível	2.088	1.377
Amortização	(12.025)	(10.404)
Em 31 de dezembro de 2024	19.197	17.570

15.1 Impairment de ativos não financeiros de longo prazo: Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos individuais não geram entradas de caixa independentes entre si; portanto, nenhum valor recuperável pode ser apresentado para ativos individuais. Como resultado, os ativos são combinados em Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. Essas unidades são combinadas em unidades estratégicas de negócios e refletem a presença de mercado da Companhia (no nível do Grupo RHI Magnesita) e, como tal, são responsáveis pelas entradas de caixa. As UGCs são determinadas com base no grupo de

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

ativos que podem gerar entradas de caixa independentes de outros ativos. As estruturas organizacionais do Grupo RHI Magnesita refletem essas UGCs. Além do gerenciamento e controle conjuntos das atividades de negócios em cada unidade, o *know-how* de vendas, o conhecimento dos relacionamentos de longa data com os clientes do Grupo RHI Magnesita e o conhecimento das instalações e processos de produção do cliente dão suporte adicional a essas unidades. O conhecimento do produto se manifesta no conhecimento orientado para a aplicação das propriedades químicas, físicas e térmicas dos produtos RHI Magnesita. Os serviços oferecidos se estendem ao longo do ciclo de vida dos produtos RHI Magnesita na planta do cliente, desde a instalação e suporte adequados das operações ideais, até o descarte ambientalmente correto com o cliente ou a reutilização sustentável no processo de produção do Grupo. Esses fatores determinam uma entrada significativa de caixa e, consequentemente, formam a base para as estruturas da UGC. No nível do sub-grupo Magnesita, a UGC é Magnesita. Por outro lado, as UCGs globais do grupo se dividem nos negócios de aço industrial e extração de matéria prima. Na divisão de negócio aço o Grupo RHI Magnesita possui duas UCGs: *Lining* e *Flow control*. Essas duas unidades são determinadas de acordo com as estratégias de produção de aço. Na divisão Industrial, cada linha de negócio da indústria do (vidro, cimento, metais não ferrosos e meio ambiente e energia, produtos químicos) forma uma UCG separada. Todas as instalações de produção de matérias primas são combinadas em uma única UCG. Com base no teste de *impairment* realizado, no nível Grupo RHIM para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a recuperação do ativo foi demonstrada. As principais premissas consideradas nos testes de *impairment* foram as seguintes: i) crescimento projetado para a unidade geradora de caixa, calculado com base em premissas macroeconômicas e específicas aos setores de atuação; ii) a lucratividade das operações, determinada pela experiência da Administração em cada região; e iii) taxa de desconto usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa, conforme modelos financeiros amplamente utilizados. Para o cálculo, foram utilizadas taxas de crescimento real entre 1% e 2%, que estão em linha com as taxas de crescimento dos setores da unidade geradora de caixa, com o próprio crescimento da economia e com a estratégia de crescimento em novos mercados. As taxas de desconto aplicadas às projeções de fluxo de caixa variam entre 9,40% e 10,34%, conforme o risco avaliado para cada unidade geradora de caixa. *Sensibilidade a mudanças nas premissas:* (i) Premissas de taxa de crescimento na perpetuidade - A Administração considerou o crescimento inflacionário constante dos fluxos de caixa do Grupo por tempo indeterminado na perpetuidade do valor terminal (VT). (ii) Taxa de desconto - A administração acredita que as taxas de desconto não devem sofrer mudanças significativas ao longo dos anos projetados, dado que não foi considerada uma reestruturação de capital que pudesse alterar a proporção do custo da proporção entre dívida/patrimônio líquido.

UGC	Taxa de crescimento	Alíquota de IR/CS	Taxa de desconto pre-tax	Taxa de desconto post-tax	Valor recuperável	*Carrying amount*
Magnesita	2%	34%	9,40%	6,20 %	4.002.092	3.680.704

16 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores terceiros em reais	600.137	458.674	335.600	245.011
Fornecedores terceiros em outras moedas	103.676	58.894	103.676	58.785
Fornecedores partes relacionadas em reais	-	-	171.300	106.117
Fornecedores partes relacionadas em outras moedas	34.651	36.297	33.133	31.958
Total	738.464	553.865	643.709	441.871

17 Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias - provisão	18.609	17.727	15.419	14.769
Tributárias - depósito judicial	(18.318)	(19.803)	(15.056)	(16.748)
Trabalhistas - provisão	27.358	33.254	23.228	31.115
Trabalhistas - depósito judicial	(2.338)	(2.783)	(2.048)	(2.328)
Cíveis - provisão	7.840	9.172	6.677	9.134
Cíveis – depósito judicial	(945)	(945)	(945)	(945)
	32.206	36.622	27.275	34.997
Provisão para demandas judiciais	53.807	60.151	45.324	55.016
Depósitos judiciais	(21.601)	(23.529)	(18.049)	(20.019)
Total	32.206	36.622	27.275	34.997

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificadas entre curto e longo prazo de acordo com a expectativa de desfecho das discussões, conforme acima demonstrada. Adicionalmente, o Grupo tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 562.662 (R$ 1.266.471 em 2023) e R$ 570.763 no Consolidado (R$ 1.413.155 em 2023) para as quais não há provisão constituída. Os principais processos são os seguintes:

Causas de natureza tributária		2024	2023
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Processo judicial em que a Companhia questiona Auto de Infração lavrado em 17/12/2019 para exigência de IRPJ e CSLL, no qual a Receita Federal do Brasil contesta a dedutibilidade da amortização de ágio computada nas apurações dos anos-calendário de 2013 a 2018. O ágio amortizado refere-se às operações de (i) aquisição de ações da Magnesita S.A. (incorporada pela Companhia) pelo Grupo GP e (ii) aquisição de sociedades no exterior cujo controle era detido pelo Grupo Rhône/LWB pela Companhia. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas. Em 10/2024, o processo administrativo original de impugnação ao Auto de Infração, que corria no CARF, encerrou-se com vitória parcial da Companhia, a qual optou por levar a discussão dos valores remanescentes ao Poder Judiciário.	Processo aguarda julgamento em 1ª instância. Débitos estão suspensos por força de decisão judicial liminar obtida nos autos.	213.891	309.042
A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais nos quais a Agência Nacional de Mineração ("ANM") formalizou exigências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM"). A ANM argumenta que a base de cálculo da CFEM apurada pela Companhia não segue alguns aspectos da legislação, sendo o mais relevante deles o momento em que se apura o ponto do incidência da CFEM sobre o consumo de bens minerais no contexto do processo produtivo da Companhia. A partir da opinião de seus consultores jurídicos e de sua área técnica, a Companhia apresentou defesas contra todas as cobranças da ANM, conduzindo-as nas cortes administrativas e judiciais e argumentando que o momento de incidência da CFEM utilizado pela Companhia é o correto.	Débitos suspensos, aguardando julgamento de recursos no âmbito da ANM, ou garantidos judicialmente, quando os processos tramitam perante o Poder Judiciário	77.029	73.086
A Companhia foi alvo de despachos decisórios e autos de infração da Receita Federal do Brasil contestando compensações realizadas pela sociedade Partimag (incorporada pela Companhia) e por sociedades incorporadas pela Partimag em momentos anteriores à sua extinção. A Receita se recusou a homologar as compensações realizadas por contestar a existência dos créditos utilizados. Os argumentos da Receita Federal foram todos combatidos em processos administrativos e judiciais atualmente em curso, com o objetivo de demonstrar a regularidade das compensações realizadas.	Débitos suspensos, aguardando julgamento de recursos no âmbito da Receita Federal ou do CARF, ou garantidos judicialmente, quando os processos tramitam perante o Poder Judiciário	32.720	31.630
Em 2013, a Companhia recebeu Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no qual o órgão alega que as contribuições previdenciárias referentes ao ano de 2009 não foram pagas de acordo com a legislação, porque certas rubricas de pagamentos aos seus empregados teriam deixado de ser oferecidas à tributação. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia impugnou a pretensão da Receita Federal do Brasil sustentando que as rubricas não são passíveis de tributação e, após o encerramento do processo administrativo, optou por dar continuidade à discussão perante o Poder Judiciário.	Débitos garantidos judicialmente, aguardando decisão de 1ª instância no TRF1	27.361	26.102
Em 2019, a Receita Federal não homologou compensações realizadas pela Companhia com lastro em créditos de saldo negativo de IRPJ apurados no ano calendário de 2015. A fiscalização sustentou que os créditos não foram comprovados ou não observavam as formalidades necessárias para sua validade. A partir da análise de seus assessores jurídicos, a Companhia apresentou defesa administrativa e recurso voluntário que atualmente aguardam julgamento perante o CARF	Débitos suspensos aguardando o julgamento do processo pelo CARF	19.779	18.725

Os demais processos com valores pulverizados tratam de várias autuações referente a diversos tributos e obrigações acessórias. Para as ações trabalhistas, o Grupo adota o critério de constituir provisões levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. As principais reivindicações aduzidas nesses processos judiciais trabalhistas são: equiparação salarial, indenização por doença ocupacional, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, insalubridade e horas extras.

18 Obrigações pós-emprego

O Grupo patrocina planos de aposentadoria para seus empregados, cujos passivos atuariais, reconhecidos nas demonstrações financeiras para fins específicos podem ser assim demonstrados:

	2024	2023
Plano de benefício definido	74.321	139.256

Detalhamento da posição financeira

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Valor presente do passivo atuarial	(234.855)	(303.543)
Valor justo dos ativos	160.534	164.287
Passivo atuarial	(74.321)	(139.256)
Participantes ativos	2.599	2.444
Participantes assistidos	180	181
Participantes desligados, mas elegíveis ao Plano	921	924
Hipóteses econômicas atuariais:		
Econômicas		
Taxa de desconto	12,20%	10,10%
Retorno do investimento	12,20%	10,10%
Crescimentos salariais	4,25%	4,50%
Reajuste dos benefícios	4,25%	4,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Inflação	4,25%	4,50%
Demográficas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000	AT 2000 S20
Invalidez	RRB-1983	RRB – 1983
Rotatividade	25,00%	2,89%

Variações na posição financeira

	Consolidado e Controladora		
	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos	Passivo reconhecido
Em 1º de janeiro de 2023	(289.883)	164.173	(125.710)
Custo do serviço corrente	(272)	-	(272)
Custo dos juros	(27.930)	16.291	(11.639)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	537	537
Benefícios pagos	28.519	(28.519)	-
Ganhos/perdas atuariais	(13.977)	-	(13.977)
Contribuições pagas pelos patrocinadores	-	11.805	11.805
Em 31 de dezembro de 2023	(303.543)	164.287	(139.256)
Custo do serviço corrente	(598)	-	(598)
Custo dos juros	(28.214)	15.819	(12.395)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	(8.237)	(8.237)
Benefícios pagos	26.969	(26.969)	-
Ganhos/perdas atuariais	70.531	-	70.531
Contribuições pagas pelos patrocinadores	-	15.634	15.634
Em 31 de dezembro de 2024	(234.855)	160.534	(74.321)

No Brasil, a Companhia oferece a seus empregados um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD) com contribuições pagas pela patrocinadora e pelo participante. As contribuições dos empregados variam de 0,7% a 5,925% dos salários e as contribuições da patrocinadora variam de 0,25% a 1,95% de acordo com o salário e a faixa etária do participante. Em 31 de dezembro de 2024, uma avaliação atuarial do plano de benefício definido foi realizada por atuário externo, usando o método de crédito unitário projetado, para fins de determinar o valor presente das obrigações.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R$ 1.295.288, representado por 295.308.721 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Capital social	% Total
Dutch Brasil Holding B.V.	295.308.721	1.295.288	100%
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	295.308.721	1.295.288	100%

(b) Reservas de capital: As Reservas de Opções de ações outorgadas correspondem ao valor das opções de compra de ações da Companhia outorgadas no passado a membros da Administração. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor é de R$ 18.670, sendo que atualmente não existem opções em aberto. A Reserva especial de incorporação de ágio corresponde ao ágio decorrente da incorporação da Mukden Participações Ltda., empresa acionista da Magnesita Refratários S.A., líquido de provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo dessa reserva era de R$ 88.874. **(c) Reserva de lucros:** Reserva legal: é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei Societária. Em 31 de dezembro de 2024 não foi constituída a reserva legal considerando o prejuízo do exercício (R$ 5.110 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo dessa reserva era de R$ 50.686. Reserva de contingências: com base no artigo 19, alínea "b" do Estatuto Social da Companhia, e em consonância com o artigo 195 da Lei das S.A., pode ser constituída, por proposta da Diretoria, reserva para contingência no total de 30% do lucro do exercício após os ajustes e deduções em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver. Em 31 de dezembro de 2024, não houve constituição da reserva. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo dessa reserva era de R$ 185.348. Reserva para investimentos: é constituída com base no artigo 27, alínea "d" do Estatuto Social da Companhia, que prevê a constituição de efetivação de novos investimentos com a parcela remanescente do lucro líquido, após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. O saldo dessa reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucro, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reserva para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 foi utilizado R$ 105.165 para absorção do prejuízo do exercíco(constituição de R$ 97.082 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dessa reserva era de R$ 677.285 (R$ 572.120 em 31 de dezembro de 2023).**(d) Distribuição de dividendos:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido ajustado, no mínimo, deve ser distribuído como dividendo mínimo obrigatório, a todos acionistas. Entretanto, para o exercício de 2024, devido ao prejuízo apurado, não há dividendos a distribuir. **(e) Outros resultados abrangentes:** Esta conta registra a contrapartida da variação cambial de investimentos em controladas no exterior, mútuos, os resultados de avaliação atuarial dos benefícios de aposentadoria e os resultados decorrentes de ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos de *hedge accounting* em controlada. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R$ 170.655 (R$ 133.043 em 31 de dezembro de 2023).

20 Receita de contratos com clientes

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Em reais	2.467.505	2.432.876	2.368.179	2.326.796
Em outras moedas	891.194	851.555	530.470	457.861
	3.358.699	3.284.431	2.898.649	2.784.657
Deduções sobre vendas	(697.519)	(704.951)	(551.901)	(566.264)
Receita líquida de vendas e serviços	2.661.180	2.579.480	2.346.748	2.218.393

21 Custos e despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Combustíveis e energia elétrica	373.430	368.656	83.577	89.375
Despesas com pessoal	559.685	544.112	462.386	446.982
Serviços prestados por terceiros	221.853	206.376	116.348	108.561
Despesas de transporte e comissões	158.266	152.132	105.260	88.371
Depreciação, e amortização e exaustão	157.096	147.554	86.296	73.614
Matérias-primas e materiais de consumo	771.531	876.247	1.283.566	1.378.102
Despesas com manutenção	10.229	14.393	5.076	5.067
Alienação de ativo fixo	(9.716)	27.749	(5.978)	30.207
(Reversão) / constituição de provisão para contrato oneroso	(27.976)	(6.527)	-	-
Benefício fiscal TTS - ICMS	(15.115)	-	(15.115)	-
Impairment ativos em andamento	179.734	-	179.264	-
Outras despesas	61.058	65.950	27.007	54.267
Total	2.440.075	2.396.642	2.327.687	2.274.546
Classificação:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	1.971.109	2.041.567	1.869.893	1.967.488
Despesas de vendas	61.660	100.477	61.613	67.019
Despesas gerais e administrativas	203.413	214.386	193.035	200.640
Outras despesas operacionais, líquidas	203.893	40.212	203.146	39.399
Total	2.440.075	2.396.642	2.327.687	2.274.546

22 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Variações monetárias e cambiais ativas	-	80.918	-	52.393
Juros capitalizáveis	32.309	22.656	-	-
Rendimento de aplicação financeira	14.496	16.205	12.608	14.227
Outras receitas financeiras	23.791	19.703	23.382	20.258
Receitas financeiras	70.596	139.482	35.990	86.878
Juros sobre empréstimos e mútuos	(113.764)	(120.281)	(72.134)	(76.132)
Variações monetárias e cambiais passivas	(291.274)	-	(176.741)	-
Juros sobre previdência privada	(28.214)	(27.930)	(28.214)	(27.930)
Realização de variações cambiais sobre investimentos	-	(204)	-	(204)
Ajuste a valor presente sobre contrato oneroso	(4.671)	(2.961)	-	-
Juros sobre arrendamentos	(4.012)	(4.046)	(3.048)	(2.684)
Outras despesas financeiras	(24.967)	(14.613)	(18.520)	(16.261)
Despesas financeiras	(466.902)	(170.035)	(298.657)	(123.211)
Resultado financeiro, líquido	(396.306)	(30.553)	(262.667)	(36.333)

23 Provisão para contrato oneroso

23.1 Obrigações de venda de insumos

Em 5 de outubro de 2016, foi divulgado fato relevante comunicando que o Grupo e o Grupo RHI chegaram a um acordo para combinar as suas operações com o objetivo de criar uma companhia líder em soluções refratárias. A transação foi concluída no dia 26 de outubro de 2017 e a partir do mesmo dia ambas as Companhias passaram a ser integrantes do mesmo grupo econômico. Em decorrência deste fato, a Comissão Europeia aprovou a transação sob certas condições, incluindo a alienação de todo o negócio do Grupo referente à produção e fornecimento de tijolos de magnésia carbono e outros produtos vendidos para clientes (ou empresas afiliadas) de tijolos de magnésia carbono a partir da planta de Oberhausen – (Alemanha), juntamente com todos os ativos essenciais e pessoal necessários para garantir a viabilidade e competitividade do negócio. Além disso, a Comissão Europeia exigiu o compromisso de celebrar um acordo de fornecimento com o comprador do negócio de Oberhausen em que este terá o direito de adquirir um volume específico máximo por ano de sínter de magnesita, por um período de 12 (doze) anos. No dia 8 de setembro de 2017, o Grupo RHI Magnesita N.V celebrou acordo definitivo com a Intocast AG (comprador do negócio de Oberhausen) para alienação da referida planta, pelo valor de EUR 20.275 mil. O escopo do acordo inclui, mas não se limita, a um contrato de fornecimento onde a Intocast AG terá o direito de adquirir até 32.000 (trinta e duas mil) toneladas por ano de sínter de magnesita, por um período de 12 anos, até 2029. No momento da celebração do contrato, as informações disponíveis para administração indicavam que o preço de venda líquido praticado neste contrato cobria os custos de produção deste produto. No entanto, após alterações significativas no preço de componentes do custo em 2018, o Grupo apurou que receberá, pelas vendas à Intocast AG, valores inferiores aos custos produtivos de sínter de Magnesita. Essa diferença, considerando o prazo total do contrato, descontado a seu valor presente, totalizou em 31 de dezembro de 2024 o valor de R$ 28.608 (R$ 49.144 em 31 de dezembro de 2023), e foi registrada como provisão para as obrigações de contrato oneroso, conforme requerido pela IAS 37/ CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" representando o montante remanescente das futuras perdas inevitáveis deste contrato. No ano de 2024, foram fornecidas 18.158 toneladas (20.509 em 2023) de sínter de magnesita à Intocast AG, contudo o faturamento e o custo dos materiais foram registrados na empresa GmBH, contudo a projeção da perda continua sendo registrada na Companhia gerando resultado de perda no exercício de R$ 402 (R$ 3.720 em 31 de dezembro de 2023). **23.2 Provisões para ressarcimento e perdas iminentes:** Em 2018, a Companhia realizou a venda material refratário para cliente terceiro que alegou, após o laudo técnico de empresas especializada, irregularidades na qualidade do material fornecido pela Companhia. Visto o exposto, o cliente está pleiteando a compensação dos custos incorridos em decorrência ao fato, via negociação comercial entre as partes. Adicionalmente, a Companhia reconhece provisão para perdas iminentes em contratos firmados com margem desfavorável. Em 2024 as provisões realizadas têm o valor de R$ 92 (R$ 2.861 em 31 de dezembro de 2023).

24 Operações e saldos com partes relacionadas

24.1 Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave compreende a remuneração dos membros ativos do Conselho de Administração e da Diretoria.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos	12.916	12.844	12.073	12.036
Participação nos resultados	7.512	2.359	7.242	2.231
	20.428	15.203	19.315	14.267

24.2 Saldos e transações: Os principais saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e as principais transações realizadas durante o exercício findo naquela data, tais como de vendas, compras de serviços e produtos, envolvendo as controladas da Companhia, foram as seguintes:

	Consolidado					
	Contas e créditos a receber	Fornecedores	Mútuo a pagar	Dividendos a pagar / receber	Vendas	Compras
RHI Magnesita GmbH, Vienna, Austria	237.463	33.376	1.497.048	-	658.716	109.202
Magnesita Mineração S.A., Brumado, Brazil	-	-	-	-	7.756	587.402
Refractarios Argentinos S.A.I.C.M., Buenos Aires, Argentina	116.338	-	-	-	-	-
Magnesita Refractories Company, York, USA	23.478	-	-	-	117.936	-
Producción RHI México S. de R.L. de C.V., Ramos Arizpe, Mexico	5.225	-	-	-	35.036	-
Outras partes relacionadas	350	1.275	-	-	-	382
Em 31 de dezembro de 2024	382.854	34.651	1.497.048	-	819.444	696.986
Em 31 de dezembro de 2023	478.927	36.297	1.525.971	-	780.164	102.876

	Controladora					
	Contas e créditos a receber	Fornecedores	Mútuo a pagar	Dividendos a pagar / receber	Vendas	Compras
RHI Magnesita GmbH, Vienna, Austria	167.118	31.857	877.085	-	450.964	99.244
Magnesita Mineração S.A., Brumado, Brazil	24.476	171.301	-	11.468	7.756	587.402
Refractarios Argentinos S.A.I.C.M., Buenos Aires, Argentina	116.338	-	-	-	-	-
Magnesita Refractories Company, York, USA	-	-	-	-	-	-
Producción RHI México S. de R.L. de C.V., Ramos Arizpe, Mexico	1.836	-	-	-	-	-
RHI Refratários Brasil Ltda., Belo Horizonte, Brazil	41.165	-	-	-	49.487	24
Outras partes relacionadas	307	1.275	-	-	-	382
Em 31 de dezembro de 2024	351.240	204.433	877.085	11.468	508.207	687.052
Em 31 de dezembro de 2023	332.918	138.075	973.687	(39.702)	446.617	657.761

24.3 Mútuos com partes relacionadas

			Consolidado	
	Moeda	Taxa anual média de juros	2024	2023
Mútuos com partes relacionadas	EUR e USD	1,80% a 3,43%	1.497.048	1.525.971
		Circulante	1.838	48.078
		Não circulante	1.495.210	1.477.893

			Controladora	
	Moeda	Taxa anual média de juros	2024	2023
Mútuos com partes relacionadas	EUR e USD	1,80% a 3,43%	877.085	973.687
		Circulante	1.058	28.337
		Não circulante	876.027	945.350

A movimentação dos mútuos com partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Em 1º de janeiro de 2023	1.723.543	1.135.218
Encargos provisionados	120.281	76.132
Variação cambial, líquida	(90.473)	(48.430)
Amortização de principal	(132.320)	(130.589)
Amortização de encargos	(95.060)	(58.644)
Em 31 de dezembro de 2023	1.525.971	973.687
Encargos provisionados	113.764	72.134
Variação cambial, líquida	(221.691)	(347.615)
Amortização de principal	239.652	282.430
Amortização de encargos	(160.648)	(103.551)
Em 31 de dezembro de 2024	1.497.048	877.085

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos a pagar a curto e longo prazo, têm vencimentos como segue:

	Consolidado	Controladora
2025	1.838	1.058
2026	1.173.409	554.226
De 2029 em diante	321.801	321.801
Total	1.497.048	877.085

Contagem, 10 de abril de 2025

DIRETORIA

Wagner Sampaio - Diretor Presidente **Carolina Novais** - CFO

Responsável Técnico

Carolina Teixeira Pedra - Contadora - CRC- MG-105542/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Magnesita Refratários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota 24 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza operações de venda de produtos, compra de matéria-prima e empréstimos com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 10 de abril de 2025.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código CD5C-4B12-79A9-27BD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/CD5C-4B12-79A9-27BD ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD5C-4B12-79A9-27BD

Hash do Documento

nw/9o1egmq60MwlW+umgEpTqxIhPsLJK/V7AB34JrYg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2025 é(são) :

☑ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) -
19.207.588/0001-87 em 14/04/2025 21:13 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87